



Senhor Primeiro-Ministro, Dr. António Costa, Excelência  
Senhora Ministra, Alexandra Leitão,  
Senhora Ministra, Ana Abrunhosa,  
Senhor Ministro do Governo da República de Angola, Adão Correia de Almeida,  
Senhor Presidente da Comissão Parlamentar do Poder Local, Fernando Ruas, e Senhores  
representantes dos Grupo Parlamentares da Assembleia da República e dos Partidos Políticos  
presentes

Senhor Secretário de Estado, Jorge Botelho,  
Senhor Secretário de Estado, Carlos Miguel,

Senhor Presidente da Mesa do Congresso, Ricardo Gonçalves,

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, Rui Santos, a quem renovo o  
agradecimento de todos pela hospitalidade e todo o empenho na organização deste congresso

Senhores Deputados,  
Ilustres convidados,  
Senhoras e senhores jornalistas,

Caras e caros colegas autarcas - Congressistas,

Estamos a chegar ao fim dos nossos trabalhos do XXIV Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, mas a obra dos autarcas e das autarquias tem de continuar para melhorar Portugal.

Desta jornada cumpre, em primeiro lugar, enaltecer a elevada qualidade com que foram estruturadas as propostas apresentadas e a elevação política com que foi feito o debate.

Num congresso que se dedicou, principalmente, a discutir a organização do Estado; novos modelos de desenvolvimento; e a necessidade de um novo regime de financiamento autárquico - concluiu-se pela necessidade de prosseguir o processo de descentralização de competências para o Poder Local, tornando-o sustentável, mais vantajoso para as populações e irreversível!

Conclui-se, igualmente, que a criação de regiões é um instrumento fundamental para iniciar novas políticas de desenvolvimento regional que prossigam objetivos de coesão, de competitividade e de equidade.

As regiões político-administrativas são um ponto de apoio, um instrumento indispensável para Portugal alavancar o desenvolvimento equilibrado e mais solidário no território no todo nacional.

As regiões significam mais coesão territorial, menos assimetrias, maior riqueza económica socialmente útil para a melhor qualidade de vida de todos.

Temos, portanto, que continuar o trabalho político agregador que, com o ritmo certo, sem precipitar etapas, e com uma grande disponibilidade para o consenso, consiga desbloquear – tão breve quanto possível – o processo de modernização do Estado português.

A organização político-administrativa do Estado vai ter mesmo que mudar para ser capaz de dar resposta às exigências do país tal como ele é hoje. E não desistimos desta causa!

Este é um desígnio nacional que tem de mobilizar todos, congregar todos! Cidadãos; Autarcas; Órgãos de soberania; Representantes da sociedade civil; Instituições; Associações.

Estamos empenhados nesta missão para reforçar a esperança num país mais coeso, moderno e equilibrado.

Descentralizar. Regionalizar. Por um Melhor Portugal!

Afirmado isto, os autarcas aqui reunidos concluíram, também, que é essencial consolidar a descentralização e, para isso, os meios financeiros e humanos postos à disposição têm de ser compatíveis com as funções e atribuições que, até janeiro de 2021, vão ser assumidas por inteiro pelas autarquias. E estamos, naturalmente, atentos e esperançosos para o Orçamento do Estado para 2020.

A centralidade que o Poder Local democrático vem reforçando, década após década, na sociedade portuguesa implica ajustar esses meios às novas realidades.

Este ajustamento – este “aggiornamento”, como se diria no Concílio Vaticano II –, esta “atualização”, tem de ser, obrigatoriamente, feita através de duas vias:

1.ª - Criando um novo regime de financiamento das autarquias que permita aos municípios desempenharem as suas novas, múltiplas e complexas competências;

2.ª - E orientando o próximo Quadro Comunitário Europeu 2021-2027 para a requalificação dos serviços públicos e infraestruturas que estão a ser transferidos da Administração Central para a Administração Local. E isto deve ser uma prioridade!

Senhor Primeiro-Ministro,

Todos os presentes neste congresso sabem que as autarquias estão a receber serviços em estado lastimável do seu funcionamento, instalados em infraestruturas muitas vezes em estado deplorável.

Estamos a receber o produto de décadas de desinvestimento, período esse agravado pelos anos da Troika, ao qual não houve ainda dinheiro, ou vontade política, para acudir.

É indispensável recuperar os serviços públicos, da Cultura à Educação, à Saúde...

As autarquias, os municípios, os autarcas estão disponíveis para colaborar nesse trabalho e cumprir a sua missão.

Precisamos, apenas, de ter os meios adequados!

Ora – estando o Orçamento do Estado condicionado pelas razões conhecidas – esses recursos terão de vir da reprogramação do atual quadro e têm de ser prioritários no próximo quadro 2020-2030 dos fundos europeus.

Será, por isso, uma oportunidade perdida para o país se as autarquias não tiverem meios para o fazerem de forma competente, rápida e – comparativamente – menos onerosa para todos.

Sr. Primeiro-Ministro,

Vossa Excelência bem conhece o trabalho das autarquias e a dedicação dos autarcas.

Por isso, estou certo de que compreende, como poucos, a virtude das nossas propostas e a relevância do reforço da capacidade autárquica para um melhor Portugal.

E esse Portugal melhor que queremos ajudar a construir, conjunta e conjugadamente, precisa, também, de políticas de proximidade que apoiem as pessoas, que favoreçam a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar.

Políticas que desenvolvam a economia, políticas que impeçam ruturas da falta de mão-de-obra como hoje se verifica em vários setores, da agricultura à indústria, passando pelos serviços.

Políticas, enfim, que possibilitem que as pessoas possam residir dignamente nas terras que escolheram para viver.

As autarquias, também aqui, estão ativamente empenhadas em contribuir para o êxito dessas políticas públicas e, afirmo sem sobrançeria, são uma peça fulcral e particularmente qualificada para as concretizar no âmbito das suas capacidades, atribuições e competências próprias.

Senhor Primeiro-Ministro,

Caros autarcas,

Minhas senhoras e meus senhores,

Citei Miguel Torga na abertura e volto a citar no encerramento: *“quem faz o que pode, faz o que deve!”*.

E nós, autarcas, temo-lo feito com o nosso empenhamento total!

Com dificuldades e incompreensões diversas temos resistido, mas é imperioso que nos reconheçam a dignidade de que somos merecedores.

Porque somos eleitos e respeitadores do mandato que nos foi confiado.

E, nesta missão, cumprimos a Constituição da República Portuguesa e fazemos tudo quanto em nós cabe para promover o bem-estar em cada uma das nossas comunidades que, no seu conjunto, fazem a nossa Pátria.

Muito obrigado!

Manuel Machado / Presidente da ANMP e da Câmara Municipal de Coimbra